

As Práticas de Produção da Saúde e A Gestão das Condutas Humanas

Fernando Zanetti

Pós-doutorando pela FEUSP. Doutor em Psicologia pela UNESP - Assis. Docente da Fundação Educacional de Assis – FEMA.
E-mail: fernandozanetti@hotmail.com

Ricardo Abussafy de Souza

Pós-doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Graduado e doutor em Psicologia pela UNESP - Assis. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
E-mail: abussafy@gmail.com

Sonia A. M. França

Professora colaboradora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP - Assis. Livre-docente pela UNESP. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC de São Paulo.
E-mail: soniamfranca@uol.com.br

Tiago Cassoli

Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás – UFG. Graduado e doutor em Psicologia pela UNESP - Assis. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
E-mail: cassolitiago@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo propõe trazer para a análise um conjunto de práticas que, em nossos dias, inscrevem-se nos processos de produção de saúde, no contexto do governo das populações, em que se evidenciam certos objetos para a gestão das condutas humanas. A arte, o riso e o lixo serão os campos em análise dessas práticas que dependem da existência de sujeitos livres como objeto de governamentalidade. Para tanto, a análise se encaminha no interior desses diferentes territórios de efetuação da vida. Enfocam-se as experiências de gestão do lixo na cidade, produzidas por discursos e práticas médico-sociais, nas quais se determina que, no cálculo do exercício das práticas das liberdades individuais, devem ser considerados seus custos, tanto para a normalidade das curvas econômicas quanto para a organização pública das cidades visando à efetivação do bem-estar social. No caso das práticas dos palhaços humanitários nas instituições de saúde, elas emergem como elemento capaz de oferecer novos conteúdos para os processos de subjetivação inscritos no interior de uma lógica da prática de si voltada para o desenvolvimento de capital humano e na busca da saúde e da felicidade, mesmo que em situações de experiências-limite da existência humana, como a morte, a guerra e a miséria. Por último, as práticas artísticas, ao circularem hoje por diversos âmbitos, como os da educação e da saúde, em projetos sociais e ações filantrópicas de diversos tipos, respondem a uma demanda de produção de sujeitos livres de que se necessita para se ter uma população útil, saudável e produtiva. As matérias em análise nesses três campos de intervenção e transformação dos elementos

que compõem a população serão as estratégias pedagógicas que estarão em circulação na produção de uma razão de cálculo de governo para a promoção de sujeitos livres, saudáveis, felizes, criativos e, portanto, produtivos.

Palavras-chave: governamentalidade; saúde; lixo; riso; arte.

The Practices Of Health Production And The Management Of Human Conducts

Abstract

This article analyses a set of practices that, in our days, are inscribed in the processes of health production, in the context of the government of populations, in which certain objects are evidenced for the management of the human conducts. Art, laughter and waste will be the fields included in the analysis of these practices that depend on the existence of free individuals as objects of governmentality. For such, the analysis is heading within these different territories of effectuation of life. The experiences of waste management in the city, produced by socio-medical discourses and practices, are focused. Within these experiences, it is established, that the costs for both the normality of economic curves and for the public organization of cities for the realization of social welfare, should be considered in the calculation of the exercise of the individual liberties practices. The humanitarian's clown's practices in health institutions, on the other hand, emerge as an element able to offer new content for the processes of subjectification. Processes inscribed within the self-focused practices logic of on the development of human capital and within the pursuit of health and happiness, even in limit-experiences situations of the human existence, such as death, war, poverty. Finally, the artistic practices, which circulate nowadays in various fields such as education and health, social projects and philanthropic deeds of various kinds, respond to a demand for production of free individuals, needed in order to have a useful, healthy and productive population. The materials under analysis in these three fields of intervention and transformation of the elements of the population will constitute the pedagogical strategies that will be in circulation in the production

of a government calculation reason to promote free, healthy, happy, creative, and, therefore, productive individuals.

Keywords: *governamentality; health; waste; laughter; art.*

Las Prácticas de Producción de Salud y la Gestión de las Conductas Humanas

Resumen

Este artículo propone analizar un conjunto de prácticas que, en nuestros días, se inscriben en los procesos de producción de salud en el contexto del gobierno de las poblaciones en que se evidencia ciertos objetos para la gestación de las conductas humanas. El arte, la risa y la basura serán los campus en análisis de estas prácticas que dependen de la existencia de sujetos libres como objeto de gubernamentalidad. Para eso, el análisis se encamina en el interior de estos distintos territorios de efectuación de la vida. Las experiencias de gestación de la basura en la ciudad, producidas por discursos y prácticas médico-sociales en que se determina que, en cálculo del ejercicio de las prácticas de las libertades individuales, deben ser considerados sus costos tanto para la normalidad de las curvas económicas, cuanto para la efectuación del bienestar social. En el caso de las prácticas de los payasos humanitarios en las instituciones de salud, ellas emergen como elemento capaz de ofrecer nuevos contenidos para los procesos de subjetivación inscritos en el interior de una lógica de la práctica de sí, volteada para el desenvolvimiento de capital humano y humana, como la muerte, la guerra, la miseria. Por último, las prácticas artísticas al circundaren hoy, por diversos ámbitos, como los de la educación y de la salud, en proyectos sociales y acciones filantrópicas de diversos tipos, contestan a una demanda de producciones de sujetos libres de que se necesita para obtener una población útil, saludable y productiva. Las materias en análisis en estos tres campus de intervención y transformación de los elementos que componen la población serán las estrategias pedagógicas que estarán en circulación en la producción de una ración de cálculo de gobierno para la promoción de sujetos libres, felices, saludables, creativos y, por eso, productivos.

Palabras-clave: *gubernamentalidad; salud; arte; basura; risa.*

Les Pratiques de Production de la Santé et de la Gestion de la Conduite Humaine

Résumé

Cet article propose l'analyse d'un ensemble de pratiques qui est, de nos jours, inscrit dans les processus d'amélioration de la santé dont le contexte est le gouvernement des populations où certains objets pour la gestion des conduites humaines sont mis en valeur. L'art, le rire et l'ordure seront les domaines d'études de ces pratiques. Celles-ci sont dépendantes de l'existence de personnes qui sont libres en ce qui concerne l'objet de la gouvernementalité. Pour tout cela, l'analyse se déplace au sein de ces différents champs de réalisation de la vie. Les expériences de gestion de l'ordure dans une ville sont faites à partir de discours et de pratiques sociales et médicales, avec lesquelles on détermine que les coûts doivent être considérés dans le calcul de l'action des pratiques des libertés individuelles. Ces coûts servent tant pour la normalité des courbes économiques que pour l'organisation publique des villes pour la réalisation du bien-être social. Dans le cas des pratiques des clowns humanitaires, elles apparaissent dans les institutions de santé comme un élément capable d'offrir des nouveaux contenus pour les processus de subjectivation, inscrits à l'intérieur d'une logique de la pratique de lui-même tourné vers le développement du capital humain et, aussi, vers la recherche de la santé et du bonheur, voire dans des situations d'expériences à la limite de l'existence humaine, comme la mort, la guerre et la misère, par exemple. Pour conclure, les pratiques artistiques, lors de leur circulation aujourd'hui dans des divers domaines, comme celles de l'éducation et de la santé ou dans des projets sociaux et philanthropiques de toutes sortes, elles répondent à une demande de formation de personnes libres dont elles ont besoin pour avoir une population utile, saine et productive. Les matières en analyse dans ces trois champs d'intervention et de transformation des éléments qui font partie de la population seront les stratégies pédagogiques qui seront en circulation dans la production d'une raison de calcul de gouvernement pour qu'il y ait une promotion de personnes libres en bonne santé, heureuses, créatives, et donc productives.

Mots-clés: le gouvernementalité; la santé; l'art; l'ordure; le rire.

As Práticas de si e a Produção de Saúde

Este artigo tenciona analisar como as práticas de gestão das condutas humanas na atualidade se inscrevem nos processos de produção de saúde, tanto para o indivíduo quanto para a cidade, no contexto do governo das populações. Para isso, traz como eixo analisador dessas práticas três campos de intervenção: as práticas de gestão do lixo nas cidades, as práticas do palhaço humanitário e as práticas artísticas, pois se evidenciam como objetos no interior dos procedimentos de gestão das condutas humanas que dependem da existência de sujeitos livres.

Ao delimitar certas condutas como alvos de diligência e labor para os mecanismos de governo, as análises em questão priorizam o entendimento de como as relações de poder/saber/verdade, estabelecidas nesses três campos de intervenção dos agentes de transformação social, usam as práticas da liberdade¹ como uma razão de cálculo de governo para a promoção de sujeitos autônomos, saudáveis, felizes, criativos e, portanto, produtivos.

O primeiro problema diz respeito às *práticas de gestão do lixo e novas formas de higiene dos indivíduos e da cidade*, escolhendo como matérias para a análise as estratégias pedagógicas utilizadas pela educação sanitária, que determina a participação popular como prática primordial para a efetivação da salubridade pública. O segundo problema focaliza o eixo das *práticas dos palhaços humanitários como uma tecnologia para as práticas da saúde*, as quais se servem de saberes e estratégias da psicologia para se apropriarem do riso como elemento tático nas práticas de governo das condutas inscritas no interior de uma lógica de si que objetiva como horizonte existencial o desenvolvimento de capital humano, a saúde e a felicidade. Por fim, o terceiro problema aborda o eixo analítico da *aliança das instituições artísticas com as práticas de saúde*, em que as práticas artísticas, ao circularem hoje por diversos âmbitos, como os da

1 Nesse contexto de gestão das condutas, a liberdade é enunciada como uma capacidade individual da vontade, como um atributo da consciência, ou seja, a liberdade é vivida como um diálogo do homem consigo mesmo, e é no deciframento de suas sombras que ele se fará sujeito livre. Assim, todo ato está precedido por uma psicologia da vontade ou da cognição, submetendo esse homem a um modelo de conduta que abrange todas as dimensões da existência.

educação, da saúde, de projetos sociais e ações filantrópicas de diversos tipos, respondem a uma demanda de produção de um sujeito livre para o empreendedorismo, para a qual se necessita de uma população autônoma, saudável e produtiva.

A Gestão do Lixo e suas Relações com a Educação Sanitária²

Concomitante ao aparecimento das cidades modernas, tem-se a produção do lixo como problemática para o governo dos aglomerados populacionais. Dentre as técnicas para gestão de resíduos deletérios, vê-se a educação sanitária como instrumento pedagógico para a construção de uma conduta asséptica. A problemática proposta analisa a efetivação de condutas higiênicas a partir da estratégia de participação popular para promoção da saúde pública.

Tal estratégia tem como um de seus principais disparadores a crise instaurada em meados do século XX, no Brasil, que ficou conhecida como Revolta da Vacina. Um movimento marcado por uma sequência de imposições de procedimentos executados pelos novos saberes e práticas de higiene social pelo Estado, com respeito à maioria da população urbana. Leiam-se como população urbana, neste caso, os aglomerados de baixa renda que ficaram conhecidos como moradores dos cortiços, os quais careciam de uma estrutura sanitária adequada e que, por esse motivo, foram identificados como focos de proliferação de pestes como a varíola. A canção composta por Mário Pinheiro retrata bem a relação entre o povo e os “doutores da higiene”: “Os manatas da sabença estão teimando desta vez / Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês / E os doutores da higiene vão deitando logo a mão / Sem saber se o sujeito quer levar ferro ou não” (Pinheiro, 1904).

O que a história deixa em seus registros discursa sobre uma série de confrontos entre a população e os doutores da ciência, que dariam o mote para uma sequência de encontros entre higienistas, a fim de discutir novos rumos para a higiene social no Brasil, os quais garantiriam a efetivação dos projetos da medicina social e, ao

2 Essa temática foi trabalhada na tese de doutorado de Ricardo Abussafy de Souza (Souza, 2013).

mesmo tempo, fariam com que a população, no lugar de confrontar, começasse a desejar as intervenções em massa. Nesse processo de substituição da obrigatoriedade pelo desejo de higiene social, algumas práticas de liberdade, como o conceito de educação participativa e popular, seriam indispensáveis para a estratégia higienista de promoção de uma nova cidade brasileira.

Em tal contexto, os hábitos e modos de vida do cidadão frente a seus dejetos e refugos constituíam uma das principais problemáticas a serem reconfiguradas para uma conduta higiênica. As lixeiras nos cantos das salas eram a novidade, e a ideia de que cada sujeito deveria “fazer a sua parte” quanto à gestão dos dejetos impulsionava a criação de campanhas de educação sanitária: “Cumpra cada um com seu dever que a cidade ficará sempre limpa”, anunciava o jornal *O Pirralho*, em 1912.

Constam nos *Anais do VII Congresso Brasileiro de Higiene*, datado de 1949, artigos científicos que comprovam a necessidade de se fazer com que a população em geral seja educada para a produção de um tipo de sujeito e um tipo de sociedade. Trata-se de um processo de individuação que não contrapõe o interesse do Estado ao do indivíduo; em vez disso, desperta a consciência de que “todos desejam saúde e vida longa” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 60). O tema seria, então, a educação sanitária. Nesse congresso, o Dr. Joaquim Novaes Bannitz (diretor da Seção de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo) atenta sobre a importância de se recorrer a outros processos que não apenas os dispositivos impositivos do aparato jurídico: “A educação é melhor que a legislação. Se é mais lenta, é, porém, mais segura” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 32).

O mesmo autor da proposição de que “todos desejam saúde e vida longa” indica o caminho para se obter tais satisfações: a educação em longo prazo, porém, mais segura. Sob tal raciocínio, são apresentados os fatores ponderáveis para essa espécie de estudo de viabilidade social da produção de práticas de saúde, de modo a evidenciar os prejuízos do uso equivocado da legislação: “se legislação só pode atingir um número relativamente limitado de casos, com restrições de espaço e de tempo – e grandes despesas de aplicação e fiscalização” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 32) e salientar os benefícios da propaganda em massa: “muito mais fácil de

estender e de intensificar, não encontra, praticamente, limites para o seu alcance, tanto em superfície como em profundidade” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 32).

Mais do que uma relação dialética, existe aí um paradoxo. O modo de operar essa estratégia de governo das condutas humanas tem como meta, para a ação, a produção em profundidade de uma *consciência coletiva* que se estrutura nas relações sociais, e não apenas em uma interioridade psicológica do sujeito. Nesse sentido, Bannitz continua a argumentar: “Ao mesmo tempo em que consolida conquistas já feitas, elevando a consciência coletiva, realiza conquistas novas, numa progressão em grande parte invisível, mas sempre ponderável. É uma espécie de ação indireta, mas nem por isso deixa de ser fortemente persuasiva” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 32).

Para Bannitz, os efeitos de superfície seriam menos visíveis se comparados às ações em profundidade, o que propicia refletir sobre tal paradoxo e seus efeitos acerca da produção de hábitos e modos de vida saudáveis. Michel Foucault, ao tratar da teoria dos símbolos e das técnicas de interpretação em Marx, Freud e Nietzsche, analisa justamente como a prática de interpretação de símbolos se desenvolveu nas relações modernas ocidentais: elas operam de forma escalonada em “(...) um espaço mais diferenciado, partindo de uma dimensão do que poderíamos qualificar de profundidade, sempre que não a considerássemos como interioridade, antes pelo contrário, exterioridade” (Foucault, 1997, p. 18). Uma profundidade rasa que se produz pela exterioridade do sujeito – essa é a compreensão que se pode trazer para a noção de *consciência coletiva*. Todavia, o que significa, na produção da saúde, essa profundidade que se produz na exterioridade?

De acordo com Bannitz, a produção de ações de superfície, de uma lateralidade de ações indiretas para atingir a *consciência coletiva*, conjuga-se no interior de várias táticas: “Um folheto informativo, um cartaz, um conselho de jornal ou de cinema e outras modalidades da informação educativa podem ter seu preço unitário, material, aparentemente alto, mas que pela variedade e abundância das pessoas catequizadas resulta efetivamente barato” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 32).

Os equipamentos de propaganda apresentam-se como ins-

trumentos de catequização da população, para que seja convencida de que “todos desejam saúde e vida longa”. Em vez de disponibilizar informações pertinentes para que o sujeito escolha entre uma vida longa e saudável e outras formas de existência, o autor oferece estratégias para instituir justamente o que Foucault denomina de resignação, hipocrisia e máscara (Foucault, 1997, p. 18). Com o uso de tais ferramentas, objetiva-se a disseminação de uma fórmula definitiva sobre como deve ser uma vida saudável. A relação de saber/poder/governo, aqui estabelecida, não passa tanto pela relação ordem/obediência, mas pela relação entre educador/educando, a qual deverá produzir certa conduta desejável ao bem-estar social.

O artigo científico “Educação Sanitária”, de Maria Junqueira (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949), dá voz ao discurso da psicologia educacional ao citar Noemy Silveira Rudolfer, uma das autoridades da área no período: “Educação é aquele processo pelo qual seres mais experimentados buscam orientar a conduta de seres imaturos, ou menos experimentados, a fim de que *objetivos desejáveis* se tornem normas habituais de conduta” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 117, grifo nosso). O desejo, não exclusivamente esse individual e pessoal, mas um desejo também pertencente a uma racionalidade de Estado, que deve ser inscrito na conduta do indivíduo, aparece como objeto dos jogos de interesses entre o indivíduo e a população.

Na produção desse paradoxo entre diferença e normalização está a porta de entrada da governamentalidade das condutas, ou seja, como governar interesses em conflito entre o indivíduo e a população. Um processo concretizado na superfície de suas relações e que as aprofunda na intensidade dos desejos, a ponto de dar a impressão de que as escolhas são feitas aleatoriamente, no entanto, ao contrário, elas se mostram previstas em um conjunto de possíveis. Para essa produção de desejo na exterioridade de um sujeito, Foucault (2008a, p. 95) afirma:

(...) existe, de acordo com os primeiros teóricos da população no século XVIII, pelo menos uma variante que faz que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação, e só um. Esse motor de ação é o desejo. (...) O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. (...) População do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o

que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e artificialidade possível dos meios criados para geri-la.

No que concerne à produção desse desejo, as práticas de saúde se aliam à educação muito mais por questões estratégicas do que por uma possível identidade ideológica ou evidência científica. O que se realiza é a produção de um sentimento de participação para a construção do processo normativo, no qual o indivíduo, longe de se sentir subjugado a ele, reconhece-se nessa razão de Estado que se configura como uma técnica de intervenção da educação sanitária, ou seja, de aliança entre a saúde individual e o bem-estar social.

Atuar no desejo significa operar sobre um sujeito atuando nesse projeto de cidade, cuja prerrogativa educacional é promover uma vontade de aprender sobre os novos receituários de conduta. Conforme Junqueira, "(...) a questão parece ser: é a educação sanitária sinônimo de ensino de saúde, ou é educação sanitária um processo de aprendizagem (de autopreparação)? Ensino e aprendizagem não são o mesmo. A aprendizagem só ocorre por meio do esforço do aprendiz..." (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 118).

A educação sanitária se apresenta, então, como uma atividade de aprendizagem, e não de ensino. Assim circunscrita, esforço e participação são primordiais para o sucesso pedagógico. Como enfatiza Foucault (1995), o poder só existe em ato, e seu exercício se efetiva em uma ação que se dirige a outra: "O funcionamento das relações de poder, (...) é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos" (Foucault, 1995, p. 243).

Nesse rumo, as oportunidades de ação para o educador não se restringem apenas aos interiores das escolas tradicionais; mais do que isso, ao se afirmarem como um processo educativo de caráter geral e popular, circulam em uma infinidade de experiências formativas da conduta humana. Junqueira elenca alguns campos de atuação que se multiplicam em diferentes práticas e em grupos de educandos como "(...) cursos de cunho prático de higiene pré-nupcial, pré-natal, puericultura, epidemiologia, enfermagem caseira, economia domés-

tica, ação educacional no lar”; (...) “‘centros para mães’, ‘centro para noivas’, ‘centros infantis e juvenis’, ‘centro para débeis’, cujos programas essencialmente práticos, se desenvolvem em torno do problema da saúde” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 122).

Essa pedagogia popular da educação sanitária emerge como um campo de consenso em vários artigos de cientistas que palestraram no XII Congresso Brasileiro de Higiene. Costa Sobrinho afirma que o educador teria a responsabilidade de entrar em contato com o interesse do educando e, ainda, objetivar a inclusão das populações marginais nesse processo (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 95). Para isso, como Faillace e Michell colocam no mesmo congresso, convém a utilização de meios alternativos, como cinema, jornais, propagandas e outros complementos nacionais para a “reprodução de cenas que envolvam o tema de educação sanitária popular e a criação de normas de educação sanitária de natureza popular” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 45). Para Oliveira, outro palestrante, a educação sanitária só ganharia resultados mais efetivos se pautada na experiência com pequenos grupos, obtendo a amplitude necessária nas classes populares para alcançar uma educação sanitária das massas, pois a “(...) educação do povo nos princípios de uma vida sadia e na prevenção de doenças é a mais importante função dos Departamentos de Saúde” (Congresso Brasileiro de Higiene, 1949, p. 113).

“Pedagogia popular da higiene pessoal” (Corbin, 1987, p. 98), em que o cidadão deixa de experienciar as normas como imposição para nelas se reconhecer. Se, antes, os hábitos higiênicos eram práticas restritas às elites, agora, a medicina social incita sua circulação e disseminação nas classes populares, prometendo à vida da cidade saúde e vida longa.

Os Palhaços Humanitários: Uma Tecnologia das Práticas da Saúde³

Este segundo eixo analisador tem por objetivo principal problematizar a presença do palhaço nos hospitais em dois planos: os

3 Essa temática foi trabalhada na tese de doutorado de Tiago Cassoli (Cassoli, 2012).

regimes de saber que circunscrevem essa presença e as práticas interventivas que buscam o riso na saúde⁴. As práticas da psicologia desenvolvidas por organizações não governamentais se inscrevem na sociedade a partir do solo da chamada nova filantropia ou filantropia empresarial, comumente integrada ao Estado, que, ao fomentá-las e patrociná-las, promove políticas públicas de humanização das condutas médicas.

De acordo com o livro *Big Apple Circus 25 years*, essas práticas surgem “(...) na segunda metade da década de oitenta” (Jando, 2003, p. 189). Tal invenção, com o passar dos anos, consolida-se nos hospitais dos Estados Unidos e se espalha por diversos países do mundo, devido à sua eficácia na recuperação de pacientes com câncer, principalmente crianças. Um tipo de intervenção que se afirma nos hospitais do Brasil e em outros países do mundo, como “(...) França, Espanha, Portugal, Uruguai, Peru, México, Bélgica, Áustria, Austrália, Itália, Colômbia, Alemanha e Canadá” (Doutores da Alegria, 2004). Nessa direção, podemos afirmar que o campo em análise está inserido em redes internacionais e constituído por diversas instituições, como a saúde, a educação, a economia etc.

De acordo com o Ministério da Saúde, essas práticas respondem a políticas públicas de humanização da ação médica.

Além da inserção de arte, cultura e lazer nos hospitais, várias outras iniciativas ajudam a humanizar um ambiente. A Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (HumanizaSUS), desenvolvida pelo Ministério da Saúde, pretende estimular a sociedade e os gestores a buscar alternativas que amenizem a passagem do paciente por um hospital. (Ministério da Saúde, 2010)

Temos como hipótese principal a de que as práticas dos palhaços humanitários nas instituições de saúde emergem como um elemento tático que oferece conteúdos para os processos de subjetivação voltados ao desenvolvimento de capital humano, no interior de uma lógica da busca da felicidade, mesmo que em situações-li-

4 A saúde, no caso, é concebida como uma estratégia de governo: define as possibilidades de ação sobre a ação dos homens (Foucault, 2008b).

mite da existência humana.

Para tanto, propomos três eixos de análise, nos quais relacionamos saber e prática a respeito do palhaço e do riso na saúde: o primeiro é a política de humanização de certas práticas e a criação de novas táticas de governo das condutas humanas. O segundo, um eixo econômico, refere-se à produção de um tipo de sujeito que se fabrica no interior de práticas neoliberais incitadas nas ações das ONGs. O terceiro, um campo de confluência entre os dois primeiros, relaciona-se aos modos de produção do sujeito, no qual o riso surge como um gesto de expressão de um sujeito feliz.

Pelos dados em análise, esse dispositivo de humanização das práticas se utiliza de certos elementos culturais, a fim de instituir uma qualidade para o indivíduo, qual seja, o humor. “Há alguns anos, atitudes assim eram impensáveis dentro de um centro médico. Hoje, fazem parte da rotina de muitas unidades de saúde e contribuem para a melhora do humor e até do estado de saúde de pacientes” (Ministério da Saúde, 2010).

Nessa perspectiva, tomamos esse dispositivo em sua *expertise*, ou seja, como práticas interventoras que aparecem em instituições específicas, como hospitais, presídios, zonas de guerra e fome, escolas e empresas, para resolverem um determinado tipo de problema. Que problema é esse? O que essas intervenções buscam atingir em seus procedimentos, objetivos, resultados e na produção de saberes constitutivos desse processo de institucionalização do riso e do palhaço?

Primeiro, vejamos a aliança entre o riso e os saberes da psicologia como ponto de análise. Há um princípio enunciado em nossos dados que amalgama a relação entre o palhaço e a psicologia: a prática da liberdade – aqui concebida como o exercício da livre escolha.

Prestemos atenção ao discurso da psicóloga Morgana Masetti, coordenadora do Centro de Estudos Doutores de Alegria: “(...) quando se ri em circunstâncias como essas [dos hospitais], uma escolha é feita por quem ri, mesmo que não de forma consciente” (Masetti, 2003, p. 29). Conforme essa proposição, rir é um ato de escolha, de livre-arbítrio, mas de que sujeito se fala? “No riso estão presentes condições sob as quais certa quantidade de energia psíquica obtém descarga, liberando o investimento antes feito, na tentativa de ela-

borar alguma dificuldade” (Masetti, 2003, p. 30).

O riso, para a autora, dá-se a partir de uma experiência psíquica que oferece ao indivíduo a possibilidade de escolher. De acordo com seu discurso, o gesto de rir se engendra com base em uma libido não utilizada por um caminho dado pelo sofrimento, por vícios ou por hábitos, em que não há escolha, pois não há condições libidinais/energia para que isso aconteça. É graças a essa sobra, fruto de outro modo de relação com o objeto e com a vida, que há o surgimento de um processo que desloca a energia de seu objeto inicial e percorre outro processo, a fim de liberar o afeto do sofrimento e da dor, produzindo um bem-estar psíquico no qual se dão condições de o indivíduo fazer escolhas. O riso, nesse caso, aparece como efeito de uma descarga de um saldo de energia gerado por uma expectativa de dor e desprazer, porém, não usado, sendo liberado por uma experiência prazerosa e individual.

Tais regimes de saber justificam e atribuem ao riso o efeito de uma liberação de um afeto, de uma expressão e até mesmo de um prazer na forma de lidar com a doença, com a dor, com o tratamento e mesmo com a morte. Um bem-estar, um bem-lidar com um mal, na busca, ainda que fortuita, de um sorriso. Quais caminhos foram construídos para que essa prática de si tomasse a liberdade como livre-arbítrio e a aproximasse da ideia de salvação e liberação?

Segundo Figueiredo (1996), a relação entre a psicologia e a arte é recente. Remete-se a uma tradição romântica do século XIX, com as psicologias das formas e a psicanálise, que têm como preocupação a quebra da lógica da previsibilidade dos fatos dados pelas práticas disciplinares e pela tradição mecanicista e analítica dos métodos científicos. Crítica feita, aliás, há muito tempo pelas fenomenologias e pelas ciências humanas, ao diluir fronteiras entre sujeito e objeto, como aquelas derivadas das ciências positivas. A arte, conforme o autor irá compor com a psicologia romântica alemã, que, ao se referir à forma dos corpos, em particular dos seres vivos, toma o imediato da experiência, o qual não deve ser ultrapassado ou negado pela experiência.

O autor afirma que a forma diz de uma libertação da essência do ser, instaurada por uma verdade interna e uma necessidade. Essa possibilidade é dada “(...) pela psicologia romântica, pela identidade entre sujeito e objeto (...). A verdade é uma revelação que emerge no

ponto em que o mundo interno do homem encontra a realidade externa” (Figueiredo, 1996, p. 54). Portanto, saímos da fórmula $S \times O$, que separa o sujeito do objeto, para a fórmula $S \times S$.

Sabemos que Freud, influenciado por esse pensamento, cria a psicanálise em oposição a uma psiquiatria positivista moralizadora do século XIX, trazendo como proposição o sujeito do inconsciente e o conceito de recalque. O homem é um ser de reminiscências que o descentra de sua consciência. A psicanálise emerge como um princípio de liberdade para um sujeito da consciência; dessa forma, a histórica vitoriana do século XIX finalmente tem uma escuta sem a repressão moral da Igreja e da ciência. Ela pode, então, falar sem ser constringida, deixar seus pensamentos fluírem livremente e realizar associações sem culpa. A associação livre é princípio fundante da prática da psicanálise.

Nesse sentido, a psicanálise inventa um conteúdo novo e mais eficiente para os processos de subjetivação do que as práticas profissionais até então vigentes. A histórica poderá falar de si sem ser reprimida ou julgada por aquele que a escuta. Contudo, como nos lembra Foucault (2001), ela também irá oferecer conteúdos aos processos de normalização social das condutas humanas, na medida em que seu saber sobre si será produzido no ritual das práticas de saúde especializadas, o qual relaciona a liberação do afeto ao signo do recalque.

Além do domínio terapêutico nas práticas de si, nos anos 1960, tivemos o movimento institucionalista que trouxe a psicanálise para a política, ao pensar os grupos e as instituições a partir de seu arcabouço teórico (Instituto Brasileiro de Psicanálise Psicologia Grupal e Institucional (IBRAPSI, 1975). No campo psiquiátrico, tem-se a contestação antipsiquiátrica, que foi, para Castel (1987), um campo convergente de um imaginário político da liberação, vivido na época sob a forma de sensibilização exagerada à repressão: “A psiquiatria representou uma figura paradigmática do poder, arcaica em sua estrutura, rígida em sua aplicação, coercitiva em sua mira” (Castel, 1987, p. 25). Em decorrência, o saber da psicanálise ocupou o lugar da crítica à psiquiatria no interior de um campo político: a reforma psiquiátrica.

Uma de nossas hipóteses é a de que a psicologia romântica e a psicanálise são sistemas teóricos que vêm fundamentar o que

se passa na ação dos palhaços humanitários, pois são domínios da psicologia que circunscrevem e legitimam tais práticas no campo científico. Os saberes hermenêuticos oferecem aval para essa função de fazer rir, de fazer aparecer um modo de pensar a si mesmo e de existir que seja coerente com suas condições de vida, isto é, o riso aparece aqui como um gesto que diz da identificação/aceitação do sujeito consigo próprio e seu mundo externo.

Por conseguinte, o que está em questão é como esses saberes relacionam o riso a uma prática de si e, mais ainda, à produção de uma prática da liberdade vinculada a um modo de ser de um sujeito. Sabemos que isso se inscreve no interior de uma das principais estratégias do capitalismo: o *homo economicus* (Foucault, 2008b).

De uma maneira esquemática, podemos levantar algumas proposições do nosso campo de análise.

Primeiro, o riso/entretenimento surge como elemento tático de uma grande estratégia de gestão dos riscos em zonas devastadas por doenças, guerras e fome, assim como nos hospitais, nas prisões, nas escolas e nas empresas, onde o palhaço aparece como uma tática de humanização de certas formas de relações humanas. No caso deste trabalho, foi dada prioridade à análise das práticas hospitalares, porém, sabemos que tal dispositivo não está restrito aos hospitais, porque visa ao governo das condutas do indivíduo e das populações.

Nessa grande estratégia de intervenção no mundo social, o palhaço humanitário aparece como elemento tático de uma tecnologia terapêutica e relacional exercida no interior dos processos de subjetivação da atualidade, e sua intervenção tem por finalidade a busca de uma catarse na relação consigo e com o outro. Ao convocar um sorriso, o palhaço oferece um procedimento no qual o sujeito se libera da tristeza, da dor, do tédio, dos procedimentos médicos, do inconsciente e da repressão, possibilitando uma posição mais afirmativa frente à doença. Contudo, a eficácia desse gesto está diretamente implicada com uma espécie de produção de uma verdade do indivíduo, que se refere à sua qualidade interna, se tem bom humor ou não. Nessa tática, o riso, tomado como a expressão de um si mesmo para si próprio, inscreve-se nos sa-

beres da saúde como algo bom e esperado.

Uma segunda proposição é a de que o riso emerge como um elemento tático gregário, uma espécie de gesto que estabelece uma cumplicidade na relação estabelecida com o palhaço e com os outros – um bom *rapport* nas diversas relações institucionais, algo amistoso. O riso como um gesto legitimador de um sujeito que se oferece afirmativamente ao vínculo terapêutico e a tudo que a ele se diz.

Em terceiro, o riso aparece como um índice de saúde nas curvas de normalidade das condutas, geridas pelos processos de normalização social a partir dos saberes da psicologia: um índice que demarca uma qualidade, um atributo do indivíduo, a consciência feliz, ou seja, um incremento de desenvolvimento de capital humano.

As Instituições Artísticas e suas Relações com as Práticas de Saúde⁵

A arte e as práticas artísticas na atualidade circulam por diversos âmbitos, como escolas, instituições de abrigo, projetos sociais e ações filantrópicas de variados tipos. No que tange à saúde, as ações que programam a reabilitação de doentes e deficientes respondem a uma demanda de inclusão desse segmento da população, mas, para tanto, pede-se a produção de um sujeito livre para o empreendedorismo, para o qual se necessita de uma população saudável e produtiva.

No intuito de entender como se estabeleceu essa relação entre a arte e as práticas de gestão da população, este tópico traz para o debate o programa internacional chamado Very Special Art – VSA (VSA, 2010). Esse programa se constitui como uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1974, com o objetivo de integrar à sociedade, por meio da expressão estética, pessoas com necessidades especiais.

A relação entre a arte e as práticas de gestão das condu-

5 Essa temática foi trabalhada na tese de doutorado de Fernando Luiz Zanetti (Zanetti, 2012).

tas toma forma a partir de programas internacionais direcionados pela ONU, como o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (Organização das Nações Unidas, 1982), e se pauta na construção de uma sociedade para todos e em conceitos já naturalizados, como os de direitos humanos e cidadania. As práticas artísticas implementadas por esse programa se conjugam com essa proposta de gestão, com base em alguns atributos conferidos à arte por toda a sociedade, inclusive pelos próprios artistas.

Esses atributos se efetuariam no interior de quatro eixos: 1) a arte como campo de efetuação de uma linguagem universal, que permite a comunicação entre os corpos, os quais, por alguma razão, não podem se comunicar; 2) a arte como uma prática humana, que, por excelência, trabalha com a noção de diferença; 3) a arte como possibilidade de expressão psicológica de um corpo; 4) a arte como um domínio moral que incita condutas relevantes para a produção de uma sociedade inclusiva, pois a arte, hoje, oferece-se como um *locus* no qual se efetuariam todos os elementos da sociedade, sejam eles políticos, subjetivos, culturais ou econômicos.

Iniciamos por problematizar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948), que tem por meta o bem-estar da pessoa humana, e não apenas do indivíduo detentor de direitos civis, isto é, uma proposta de inclusão social de todos os homens nas ações de uma sociedade dada.

Os direitos humanos, diferentemente dos direitos civis e dos direitos políticos, ultrapassam os limites do direito tradicional garantidos pela Constituição de um Estado Nacional e passam a agir no âmbito da organização da vida humana. O corpo do indivíduo é submetido a esferas de governo mais amplas do que a legislação de um Estado Nacional. Portanto, o deficiente, que, no âmbito do direito civil, é impedido ou inimputável, tem maiores condições de exercício de seus direitos, mas também de ser objeto de controle de práticas de governo geridas ou não diretamente pelo Estado.

A questão entre as práticas de gestão das condutas e suas relações com as práticas da liberdade se insere nessa discussão da seguinte forma: segundo o texto *Cidadania e classe social*, de Marshall (1967), entre os séculos XVII e XIX, tivemos uma gradativa mudança nos modos de governar a população no interior do Estado, qual seja: a inclusão do sistema de status. No tradicional sistema

de contrato, era função do Estado garantir ao indivíduo seus direitos civis e políticos. Com as mudanças nos indexadores de poder dos Estados, que passam a exigir, além de grandes territórios, uma população produtiva, efetiva-se o desenvolvimento dos direitos sociais. Estes seriam, juntamente com os direitos civis e políticos, a garantia de um *status* de cidadania. Para Marshall, ser um cidadão era ter garantido pelos direitos sociais um mínimo de condições para participar da vida social. Todavia, esse mínimo de participação implicaria os cálculos dos custos da condição de exercício da liberdade do indivíduo nos registros das curvas de normalidade econômicas, culturais, sociais e subjetivas.

Vejamos o seguinte exemplo: no sistema de contrato, o indivíduo não teria garantido o direito de participar da sociedade como um todo. Não seria função do Estado oferecer condições para que o indivíduo participasse do mundo letrado nem sustentar as formas básicas de sobrevivência, como alimentação, habitação, vestuário etc. Por sua vez, o indivíduo teria poucas obrigações para com o Estado e a sociedade. Em um sistema de *status*, o indivíduo seria obrigado a cumprir os deveres de cidadão, pois o Estado garantiria minimamente as formas sociais e legais para que ele se tornasse um partícipe da sociedade. Logo, trabalhar deixaria de ser uma escolha frente às vicissitudes que a falta do trabalho pudesse acarretar e se tornaria um dever em face do Estado, de sorte que caberia à sociedade oferecer as condições necessárias de realização da cidadania que um dia lhe foram garantidas. Todavia, no século XX, principalmente a partir da II Guerra Mundial, temos a intensificação de um mecanismo nesse cenário: a substituição da “obrigatoriedade de” pelo “direito de”: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” (Organização das Nações Unidas, 1948). Quando esse artigo ressalta que toda pessoa tem o “direito a”, rompe-se com a ordem da obrigatoriedade legal do “deve-se”.

Nesse sentido, todo indivíduo tem o direito de viver e expressar afeições pessoais extrínsecas a ele – como o direito à vida e ao trabalho – que lhe faculta usufruir do *status* de cidadão e do exercício da liberdade individual. Esses *status* de cidadania e de sujeito livre e autônomo serão os elementos da população que farão circular a noção de gestão de riscos e, conseqüentemente, dos dispositivos de segurança. Ou seja, para ser um cidadão, é necessário ser livre/au-

tônomo – a liberdade de ir e vir, de estabelecer contratos válidos, de garantir a si mesmo e à sua família circunstâncias dignas de vida etc.

Como essa primazia de liberdade, aqui tomada como autonomia do sujeito, está estabelecida nos meandros das normatividades que gerem a possibilidade de trabalhar e ganhar seu próprio sustento e dos que lhe são dependentes, o Estado deve garantir uma situação digna de vida a tal cidadão – em resumo, garantir-lhe a segurança. Logo, esse direito à segurança, ao lado do direito à vida e à liberdade/autonomia, constitui a base da Declaração. Poderíamos dizer que segurança é gerir riscos e a condição de trabalhar – não se pode trabalhar e produzir normalmente em situações de guerra, doenças, fome, medo, coação, privação do exercício da liberdade e privação da vida.

Dessa maneira, para os direitos humanos, a condição de exercício das práticas da liberdade está na possibilidade de ser autônomo, útil, saudável e produtivo, seja lá de que modo for. A cidadania aparece, por conseguinte, como um conceito-chave na organização social.

Temos, assim, uma proposta de gestão da vida humana enquanto espécie (bios), produtora de riquezas (economia política) e cidadã (política). Nesse campo analítico, as ações se efetuam em âmbitos diversos dos procedimentos legais, isto é, se no sistema de contrato a prática da liberdade se efetuava na participação ou não dos processos produtivos, no sistema de status, não se pode mais exercer essa prática da liberdade de decidir sem grande ônus. Porém, no âmbito dos direitos humanos, não existe mais a obrigatoriedade de participação no processo produtivo; há em seu lugar uma positividade em torno dos processos de escolha e desempenho do indivíduo, agora entendido como um sujeito autônomo e livre.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e, obviamente, com todos os que lhe precedem, podemos levantar algumas proposições:

1 - A vida do indivíduo será alvo de práticas de governo, de cálculos econômicos e de práticas do direito. Com isso, cria-se um campo de efetuação propício à intervenção sobre as condutas dos homens, independentemente de sua nacionalidade. Assim, subjetivamo-nos como seres globais.

2 - A qualidade da população, sua capacidade de produzir riquezas, consumir produtos e serviços e, mais recentemente, criar novos estilos de vida colocarão o corpo do indivíduo em âmbito primordial dos cálculos econômicos de Estado. As instituições e disciplinas deverão fazer esses corpos funcionarem da forma mais eficaz possível. Dessa forma, subjetivamo-nos como homens criativos.

3 - A extensão de uma racionalidade administrativa a todas as esferas da vida humana, que tem por finalidade otimizar a utilidade dos indivíduos que compõem uma população, irá avaliar de tal maneira os corpos que estes terão suas performances como objeto primordial da intervenção, extraindo de cada um o seu limiar produtivo. Até os considerados improdutivos deverão encontrar seu lugar, seja como trabalhador, seja como uma demanda que gera trabalho. É o que se enuncia como desenvolvimento de habilidades e competências, desenvolvimento de inteligência emocional. Assim, subjetivamo-nos como seres sociais, produtivos e inclusivos.

4 - No âmbito do direito, temos a emergência dos direitos humanos, que funcionam não por força de uma lei civil, mas por um campo normativo de condutas morais, pois agem por meio de um convencimento, de um tipo de racionalidade e pela busca de aquiescência de uma maioria, tendo seu enunciado mais autêntico no que se refere ao direito à vida e ao exercício da liberdade/autonomia. Dessa maneira, subjetivamo-nos como defensores das práticas da liberdade que concernem a expressão de si como sujeito moral, como homem politicamente correto; enfim, como membro de uma sociedade ocupada em protegê-lo e em garantir-lhe a subsistência e a permanência.

Esse campo imanente de relações entre os homens e as coisas do mundo, estabelecido pelos direitos humanos, produz o seguinte encadeamento de sentido: parte-se do princípio básico de que, para o indivíduo alcançar sua condição humana, ele precisa ter as condições necessárias para o exercício da liberdade e de suas capacidades. Contudo, para tanto, é necessário ativar os dispositivos de segurança presentes em um dado momento histórico, a fim de que a gestão das curvas de normalidade entre a riqueza e a pobreza se efetue. Para se ter segurança, é preciso haver a possibilidade de trabalho – fato que estará condicionado ao desenvolvimento social. Este, por sua vez, vincula-se à necessidade do desenvolvimento das compe-

tências e habilidades de todos, além de uma sociedade inclusiva.

Porém, como criar uma sociedade para todos se cada um é diferente? A resposta é simples: incitando a população a produzir novas formas de viver, pensar, sentir, fazer e falar. Como se realizará isso? De muitas maneiras. Como vimos até aqui, um desses procedimentos de melhoria do desempenho populacional é a utilização de certos enunciados, como os de diferença e de expressão psicológica, e pela ideia de que a arte é uma linguagem universal propiciadora de ações que objetivam a constituição de uma população saudável, produtiva, criativa, livre e feliz.

Por meio de uma série de estratégias que incluem a produção de saberes, de valores morais, de acordos políticos, de avaliações de desempenho do indivíduo, de performances econômicas e sociais e até no que diz respeito aos desejos do indivíduo, será forjado um tipo de enunciação no qual as formas da arte se veem implicadas a determinadas formas de governar as condutas humanas, as quais tomam como seu bem mais valioso as relações que visam a criar um sujeito livre para realizar suas capacidades, sejam elas físicas, cognitivas, afetivas ou artísticas, e uma população produtiva, geradora de riquezas.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos afirmar que estamos a viver no interior de um paradoxo. O Estado moderno se constitui em organizações políticas que falam ao homem livre: institui práticas do direito que dizem respeito às liberdades individuais de associação, credo e raça. O cidadão é livre perante o Estado e assim se produzem as leis, a constituição e se realizam os juízos e as escolhas morais e econômicas. Contudo, as teorias científicas dizem de um homem que está sujeito às determinações da história, à classe social a que pertence, às vicissitudes do desejo, imerso em relações que regem o mundo

exterior e interior.

As teorias liberais aqui expostas tomam as práticas da liberdade como expressão da vontade individual, de um diálogo do homem consigo próprio, esse espaço íntimo e inacessível a qualquer espécie de coerção, que só estará disponível por meio de um procedimento de autoinspeção ou interpretação, e apenas assim será possível ser livre. Um acontecimento histórico que enreda o homem nos complexos dispositivos de saber/poder/verdade e suas tecnologias das práticas de si que pretendem auxiliá-lo nessa busca de sua verdade e, conseqüentemente, da liberdade para realizar suas potencialidades.

Entretanto, como bem lembra Arendt (1995), a intimidade do coração não tem lugar tangível no mundo, e submeter a liberdade a uma psicologia torna-a uma miragem, pois toda ação é precedida por um ato da razão ou por um ditame da vontade. Para a autora, esse campo familiar e aconchegante não diz da realidade do mundo em sua multiplicidade – lugar por excelência das obras humanas – e é justamente esse acontecimento que subtrai o homem de seu lugar no mundo e de sua pertença ao corpo político nele inscrito.

As práticas da liberdade concernem aos homens proferir novos começos e lançar outras linhas nas tessituras dos enredos humanos, de forma que cada homem possa ser também um campo intensivo de uma narrativa, esse campo fecundo dos feitos humanos. Para tanto, é preciso ter coragem para reverter esse sistema de regras que está há séculos a dizer quem somos nós e o que se pode ou não fazer com os seres livres que somos. A questão não está em saber quem somos ou qual a nossa verdade, mas em poder realizar a crítica de nós mesmos, do que nos faz ser o que somos, e poder deixar de ser o que somos.

Referências

- Arendt, H. (1995). *A condição humana* (7a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cassoli, T. (2012). *Riso e estratégias de poder: Alianças atuais no governo das condutas* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos, da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves.

- Congresso Brasileiro de Higiene (1949). *Anais do VII Congresso Brasileiro de Higiene*. São Paulo: Typografia do Departamento de Investigações.
- Corbin, A. (1987). *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Doutores da Alegria. (2004). *Pesquisa palhaços em hospitais*. Recuperado de www.doutoresdaalegria.org.br/download/PesqInt_port.pdf
- Figueiredo, L. C. M. (1996). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (1997). *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum philosophicum*. São Paulo: Princípio.
- Foucault, M. (2001). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France: 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Psicanálise Psicologia Grupal e Institucional (1975). *Análise institucional* (Coleção IBRAPSI), Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz.
- Jando, D. (2003). *Big apple circus*. Nova York, NY: WW Norton.
- A limpeza da cidade. (1912, 2 de março). *O Pirralho*, (30). Recuperado de: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213101&pasta=ano%20191&pesq=1912>
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania e classe social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Masetti, M. (2003). *Boas misturas: A ética da alegria no contexto hospitalar*. São Paulo: Palas Athena.
- Ministério da Saúde. (2010). *Portal da saúde*. Recuperado de: <http://>

portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=22387

Organização das Nações Unidas. (1948). *Resolução ONU 217 A (III)* de 10 de Dezembro de 1948 .Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 23. Recuperado de <http://www.onu.org.br/documentos/carta-da-onu/>

Organização das Nações Unidas. (1982). *Resolução ONU n.º 37/52 de 3 de dezembro de 1982*. Recuperado de <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm>

Pinheiro, M. (1904). *Vacina obrigatória*. Recuperado de <http://musicachiado.webs.com/gravacoesraras/MarioPinheiro.htm>

Souza, R. A. (2013). *O lixo e a conduta humana: Gestão dos insuportáveis na vida urbana* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.

VerySpecial Art. (2010). Recuperado de <http://vsarts.org/x16.xml>

Zanetti, F. L. (2012). *As práticas artísticas como um princípio de governo das condutas humanas* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.

Recebido em 05 de março de 2012

Aceito em 14 de março de 2013

Revisado em 23 de dezembro de 2013